



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679779 - MG (2021/0217283-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ELIDIO FERREIRA DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : ELÍDIO FERREIRA DA SILVA - MG106303
ERIK A MOTA DE SOUZA - MG131923
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUCIANO PEREIRA PEDRA (PRESO)
PACIENTE : JESSICA NOVAIS DA SILVA PEDRA
PACIENTE : JEFFERSON NOVAIS DA SILVA
CORRÉU : AGNALDO RODRIGUES DOS SANTOS
CORRÉU : RODOLFO RONCONI
CORRÉU : PAULO SERGIO ROMAO DO AMARAL
CORRÉU : GIRSIMAR MANOEL DA SILVA
CORRÉU : LEANDRO FELIPE DE ARRUDA
CORRÉU : ROMERIO SOUTO MEDEIROS
CORRÉU : SAMUEL DE SOUZA BARROS
CORRÉU : RENATO SILVA MOURA
CORRÉU : RUMENIGGE TEIXEIRA CABRAL
CORRÉU : WALISSON RODRIGUES SILVA
CORRÉU : MAURO DE CASTRO VENANCIO
CORRÉU : GERALDO SIPRA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIANO PEREIRA PEDRA e OUTROS em que se aponta como autoridade coatora a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça.

O paciente Luciano Pereira Pedra foi condenado às penas de 18 anos e 6 meses de reclusão em regime fechado e de 1.902 dias-multa pela prática dos delitos descritos no art. 33, V, da Lei n. 11.343/2006 e no art. 1º da Lei n. 9.613/1998. A paciente Jessica Novais da Silva foi condenada às penas de 7 anos de reclusão em regime semiaberto e de 781 dias-multa pela prática dos delitos descritos no art. 35 da Lei n. 11.343/2006 e no art. 1º da Lei n. 9.613/1998. O paciente Jefferson Novais da Silva foi condenado às penas de 7 anos de reclusão em regime semiaberto e de 781 dias-multa pela prática dos delitos descritos no art. 35 da Lei n. 11.343/2006 e no art. 1º da Lei n. 9.613/1998.

Os impetrantes sustentam que houve violação do devido processo legal e cerceamento de defesa, uma vez que o depoimento da testemunha foi juntado após o encerramento da instrução. Defendem também que houve violação do contraditório e da ampla defesa. Suscitam a nulidade decorrente da ilicitude da obtenção de provas por meio de interceptação telefônica, cujo acesso não foi disponibilizado à defesa. Alegam ainda que o período pelo qual perduraram as interceptações ultrapassou a razoabilidade, tornando as provas ilícitas.

Requer, liminarmente, o reconhecimento da nulidade dos atos processuais praticados na ação penal de origem. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja aplicado o efeito extensivo da decisão proferida no HC n. 175.357, em trâmite no STJ.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, os impetrantes não juntaram o ato jurisdicional que ensejou a impetração do respectivo remédio constitucional. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente